

INTERNET NO CAMPO: DIREITOS HUMANOS E POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO DIGITAL

[ARTIGO]

Mateus de Oliveira Fornasier
Danielli Regina Scarantti

[RESUMO ABSTRACT RESUMEN]

O presente trabalho tece algumas considerações sobre a (r)evolução tecnológica na pós-modernidade, enfatizando o problema da exclusão digital no campo e a afronta que isso significa aos direitos humanos. Nesse sentido, o texto trata da importância do direito de acesso à internet para a busca de informações imprescindíveis na efetivação dos direitos – civis, políticos, socioeconômicos e de solidariedade internacional – do homem. O trabalho discute, ainda, que o desenvolvimento tecnológico se expandiu em maior escala nas cidades, sendo que apenas 15% da população residente na zona rural possui computador conectado à rede. Portanto, torna-se necessário analisar a ampliação das políticas públicas existentes nestas áreas de maior desigualdade entre a afirmação da norma e sua devida execução.

Palavras-chave: Direitos humanos. Informação. Internet. Cidadania. Inclusão digital.

This article presents some considerations on the (r)evolution in technological postmodernity, highlighting the problem of the digital exclusion in rural areas and the affront it means for human rights. In this sense, the text deals with the importance of the right of access to the internet to search for information essential for enforcing rights – civil, political, socio-economic and international solidarity – of man. The article also discusses that the technological development has expanded on a larger scale in cities, with only 15 % of the population living in rural areas having a computer connected to the net. Therefore, it is necessary to analyze the expansion of existing public policies in these areas of greatest inequality between the assertion of the rule and its proper implementation.

Keywords: Human rights. Information. Internet. Citizenship. Digital inclusion.

Este trabajo presenta algunas consideraciones sobre la (r)evolución tecnológica en la posmodernidad, haciendo hincapié en el problema de la falta de inclusión digital en el campo, y la afrenta que esto significa para los derechos humanos. En este sentido, el texto se ocupa de la importancia del derecho de acceso a l internet, y busca información esencial que ha ga valer los derechos civiles, políticos, socio-económicos y de solidaridad internacional del hombre. El texto analiza también el desarrollo tecnológico, el cual se ha ampliado en una escala mayor en las ciudades, y que por el contrario, en las zonas rurales sólo el 15% de la población posee ordenador conectado a la red. Por lo tanto, es necesario analizar la expansión de las políticas públicas existentes en estas zonas de mayor desigualdad, ante la afirmación de la norma y su correcta aplicación.

Palabras clave: Derechos humanos. Información. Internet. Ciudadanía. Inclusión digital.

INTRODUÇÃO

A pós-modernidade ensinou mudanças nos mais variados segmentos da sociedade, e um dos produtos advindos desse período foi a (r)evolução tecnológica, marcada pelo advento da internet e a expansão dos meios digitais. Nesta senda, a velocidade no alto fluxo de informações ocupa um papel fundamental na efetivação dos direitos humanos. Foram transformações significativas na vida do indivíduo e, para compreendê-las, é necessário abordar brevemente a trajetória expansiva dos direitos do homem.

A imprescindibilidade desta abordagem dos direitos civis, políticos, socioeconômicos e de solidariedade internacional se justifica pelo fato de que todos eles possuem um elemento em comum para sua efetivação: o acesso à informação. É por meio desse elemento que se torna possível a construção de um ser humano ativo – informado, crítico e participativo – no exercício democrático da cidadania.

Esse fenômeno do acesso à informação, a partir do desenvolvimento da (r) evolução tecnológica, recebe novos contornos. No ano de 2011, a internet passa a ser reconhecida pela Organização das Nações Unidas, ONU, como direito de todos os indivíduos em razão de ser um instrumento essencial para procurar, receber e transmitir informações e todos os tipos de ideias.

Mesmo com esse cenário normativo aparentemente promissor, o presente trabalho parte do seguinte problema de pesquisa: de que forma, no Brasil, se apresenta a inclusão digital, quando se compara a situação da zona rural com aquela da zona

urbana? Como possível resposta ao questionamento, apresenta-se a seguinte hipótese: as redes digitais criam uma verdadeira comunicação intercultural que busca garantir, novamente, o direito à informação, devido ao seu reconhecimento como um direito intermediário para a execução de outros direitos do homem, como, por exemplo, o exercício do sufrágio, a saúde pública e a educação. Ocorre que esse direito não está sendo efetivado em alguns locais. É o caso da zona rural, onde aproximadamente 85% da população que mora no campo está excluída digitalmente. Não se trata apenas de não possuir o acesso à internet, mas também, da violação de outros direitos civis, políticos, socioeconômicos e de solidariedade internacional.

Desse modo, surge a necessidade de analisar as políticas públicas de inclusão digital existentes no campo e propor ampliações pontuais nessas áreas com maiores índices de exclusão, pois como será versado pelo texto, a informação veiculada pela internet não se constitui apenas num direito fim, como também num importante direito mediador dos demais direitos humanos.

Assim, usando o método fenomenológico-hermenêutico, o presente artigo tem como objetivo geral a compreensão da importância do direito de acesso à internet e a necessidade de buscar alternativas de inclusão digital. Logo, seus objetivos específicos são: i) analisar a evolução histórica dos direitos humanos e como o pleno acesso à informação é importante para a efetivação deles; ii) pesquisar como o acesso à internet amplia o direito de informação na

sociedade pós-moderna; e, por fim, iii) discutir a atual exclusão digital na zona rural e políticas públicas que promovam o acesso à internet nessas áreas mais isoladas.

1. O DIREITO À INFORMAÇÃO COMO UM MEIO DE EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

A trajetória expansiva dos direitos humanos teve início na idade moderna (mais especificamente no decorrer dos séculos XVII e XVIII) sob a premissa de que todos os homens deveriam ter direitos que protegessem os valores humanos fundamentais.

Assim, constituíram-se numa ruptura com o passado, por meio de lutas contra a opressão e de desavenças contra o Estado. Tais fatos originaram transformações políticas, bem como a colocação do indivíduo no centro do mundo, através do novo pensamento que admitia o poder como originário da própria nação.

Ainda que alguns autores tenham denominado os direitos do homem como direitos naturais,¹ Darcísio Corrêa (2002) defende que eles são direitos históricos. Isso porque têm sido incorporados de maneira evolutiva ao ordenamento jurídico, de acordo com as necessidades sentidas

pelos seres humanos. Ou seja, trata-se de “[...] um ciclo perpétuo, ao qual é possível acrescentar-se periodicamente novo conjunto de direitos” (SPENGLER; BEDIN; LUCAS, 2013, p. 12).

A fim de conhecê-los de forma mais detalhada, verifica-se que o desenvolvimento dos direitos do homem admite uma classificação acadêmica, de modo que Gilmar Antônio Bedin (1998, p. 99) afirma a existência de quatro principais gerações de direitos:

[...] surgiram, no século XVIII, como direitos civis, ampliaram-se, no século XIX, como direitos políticos, desenvolveram-se, no início do presente século, como direitos econômicos e sociais e consolidaram-se, no final da primeira metade do presente século, como direitos de solidariedade ou direitos do homem no âmbito internacional.

Frisa-se que há outras classificações. Sendo que, segundo Bedin (1998, p. 42), a classificação ora apresentada encontra fundamento na classificação elaborada por T. H. Marshall (1967), na obra intitulada *Cidadania, Classe Social e Status*, pois “[...] é, sem sombra de dúvida, a mais aceita e valorizada pelos estudiosos da área”.

Desse modo, a primeira geração de direitos enseja o surgimento do Estado moderno liberal. Admitia-se, naquele momento, a articulação de direitos negativos, ou seja, direitos e liberdades individuais obtidos contra o próprio Estado, no sentido que este não poderia intervir nas garantias, principalmente na liberdade concedida aos cidadãos – pois, como defende John Stuart Mill (1991), a liberdade estava entre as principais garantias do homem. Entendia-se, portanto, que a interferência estatal

[1] Nesse sentido, Joaquín Herrera Flores (2009, p. 2) defende os direitos humanos como “um produto cultural surgido em um contexto concreto e preciso de relações que começam a expandir-se por todo o globo – desde o século XV até estes incertos inícios do século XXI – sob o nome de modernidade ocidental capitalista”.

deveria ser evitada ao máximo, já que o homem livre teria maiores condições de firmar sua individualidade e, assim, desenvolver uma sociedade mais próspera.

Também chamados de direitos civis, encontram-se na primeira geração “os direitos individuais de igualdade, de liberdade, de propriedade, de locomoção, de segurança, entre outros, que tiveram seu processo de solidificação no século XVIII” (COLPANI, 2004, p. 196). Ademais, é importante afirmar que se trata de direitos que estabeleceram um “marco divisório entre a esfera pública (Estado) e a esfera privada (sociedade civil).” (SPENGLER; BEDIN; LUCAS, 2002, p. 33).

Na sequência, a segunda geração de direitos, cujo desenvolvimento se compreende, principalmente, entre meados do século XIX e o início do século XX, fomenta a participação das pessoas no desenvolvimento do Estado e, portanto, inaugura um período de crescimento do Estado moderno democrático. Tanto é que os direitos compreendidos na referida geração são denominados direitos políticos.

Enquanto a primeira geração elencou direitos negativos, a segunda garante direitos positivos, os quais estabelecem garantias para que o cidadão possa participar do poder do Estado – ou seja, exercer a cidadania no plano político dos indivíduos. Dentre os direitos desta geração estão os “correspondentes à liberdade de organização política e sindical, de sufrágio universal, de reunião, de associação etc.” (COLPANI, 2004, p. 196).

A terceira geração abrange direitos firmados por intermédio do Estado. Este passa a assumir o compromisso de garantir demandas sociais para atender as necessidades do

povo. Por isso, os direitos inclusos em tal geração recebem o nome de direitos econômicos e sociais. Conforme Ingo Wolfgang Sarlet (2007), o Estado deve atender, mediante a efetivação de tais direitos, principalmente às necessidades dos menos favorecidos nas relações de trabalho. Ademais, tal geração pode ser definida como a garantia de acesso aos meios de vida, como a educação, a saúde, a previdência e, como já dito, o trabalho.

Cabe realçar que fazem parte dessa era os:

[...] direitos de créditos, ou seja, aqueles que tornam o Estado devedor dos indivíduos, particularmente dos indivíduos trabalhadores e dos indivíduos excluídos socialmente, no que se refere à obrigação de realizar ações concretas, visando a garantir-lhes um mínimo de igualdade material e bem-estar material. (SPENGLER; BEDIN; LUCAS, 2002, p. 35).

Ressalte-se que todas as gerações de direitos humanos estão estritamente ligadas, somando-se umas às outras com o objetivo de complementariedade, nunca de substituição. Nessa perspectiva, “os direitos civis e políticos são importantes, mas sua conquista deve representar o impulso para a concretização dos direitos socioeconômicos, assim como dos novos direitos” (COLPANI, 2004, p. 199).

Por conseguinte, a quarta geração de direitos, cujos direitos são também conhecidos como sendo “de solidariedade”, compreende um conjunto de direitos pensados em escala internacional. Ou melhor, trata-se de direitos pertencentes a uma era que inicia com o fim da Segunda Grande Guerra, aproximadamente, quando se passa a normatizar os direitos sobre o Estado, e

que “[...] sinalizam para os limites territoriais do Estado moderno e para o enfraquecimento do conceito de soberania [...]” (SPENGLER; BEDIN; LUCAS, 2002, p. 37), pois esses direitos se apresentam como garantias de relevância global com urgência de expansão para todos os espaços do mundo no século XXI.

Nessa fase a soberania ultrapassa fronteiras, e cada país se direciona a partir de duas perspectivas. De acordo com Bedin (1998, p. 73), por um lado se busca promover ações articuladas e orientadas para estruturar grandes blocos econômicos, sociais e políticos. E por outro, possibilitar aos indivíduos direitos e capacidade processual para agirem em grau mundial.

Darcísio Corrêa (2010, p. 441) complementa:

Esses direitos, hoje postos como condição de sobrevivência planetária e cuja titularidade não é mais constituída apenas pela singularidade dos indivíduos, podem ser exemplificados pelos direitos à autodeterminação dos povos, à paz internacional, ao desenvolvimento (por um diálogo Norte/Sul), a um meio ambiente equilibrado e saudável, à comunicação, além dos direitos das coletividades regionais ou étnicas culturalmente diferenciadas.

Embora existam outros entendimentos em relação à classificação acadêmica de gerações de direitos, uma opinião é consensual entre todos os autores. Novos direitos podem ser acrescentados à ordem de proteção jurídica:

Não é preciso muita imaginação para prever que o desenvolvimento da técnica, a transformação das condições econômicas

e sociais, a ampliação dos conhecimentos e a intensificação dos meios de comunicação poderão produzir tais mudanças na organização da vida humana e das relações sociais que se criem ocasiões favoráveis para o nascimento de novos carecimentos e, portanto, para novas demandas de liberdade e de poderes. — (BOBBIO, 1992, p. 33).

Hannah Arendt (1989) vai ao encontro dessa abordagem sobre o conjunto de transições referido, e explica que os direitos humanos são criação humana, em permanente processo de construção e reconstrução. Da mesma forma, Bobbio (1992, p. 32) complementa “os direitos ditos humanos são o produto não da natureza, mas da civilização humana; enquanto direitos históricos, eles são mutáveis, ou seja, suscetíveis de transformação e de ampliação”. Logo, os direitos humanos são uma construção social e, por tal característica, dinâmica, não estanke. Um produto social que acompanha o desenvolvimento individual e coletivo dos sujeitos que vivem em sociedade.

Cançado Trindade (1999) acrescenta que a proteção dos direitos humanos ocupa uma posição central na agenda internacional da passagem do século XX para o XXI. Portanto, cada vez mais adquirem importância para a coletividade, pois se desenvolvem de acordo com as necessidades globais de proteger a dignidade humana. Após firmados, para a efetivação dos direitos humanos é necessário que se tenha amplo acesso à informação, direito esse que está previsto na ordem internacional através da seguinte redação:

Todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter

opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quais quer meios e independentemente de fronteiras. (SARAIVA et al., 2013, p. 399).

A importância desta normatização não se constitui num direito fim, mas sim como um direito-meio, pois, como bem define Victor Gentili (2005, p. 129), o direito à informação é “a porta de acesso a outros direitos”. Ou seja, é por meio deste que será possível o exercício pleno de todos os outros direitos – civis, políticos, socioeconômicos e de solidariedade internacional.

Por meio do direito à informação o ser humano encontra guarida para efetivar os seus direitos civis e “defender uma sociedade mais justa e igualitária” (RADDATZ, 2012, p. 298). Um indivíduo bem informado, por exemplo, poderá lutar pela proteção de suas garantias, bem como reivindicar seus interesses e ideais, como foi o caso das manifestações e protestos ocorridos no Brasil em julho de 2013.

“[...] quando associamos a idéia do exercício do direito civil a uma circunstância de amplo acesso à informação, fica claro o entendimento da relação de causa e efeito entre, por um lado, a idéia de direitos que geram direitos, e por outro, o fato de que os direitos civis são direitos que assumem outra qualidade quando efetivamente universais.” (GENTILI, 2005, p. 134)

É por meio do direito à informação que se encontram condições de efetivar os direitos sociais, haja vista que ele permite a veiculação de informativos de cunho social, fundamentais para a existência humana.

Para Gentili (2005, p. 131), “o direito à informação na perspectiva social deve ser

concebido como uma extensão do direito à educação e do direito à saúde, necessárias e úteis para a manutenção da vida humana em sua dignidade mínima.” Exemplo disso, são as campanhas de saúde pública divulgadas pela mídia, como a prevenção do mosquito da dengue e as datas de vacinação contra o vírus da poliomielite.

Além disso, verifica-se que o direito à informação é um verdadeiro suporte para a efetivação dos direitos políticos. O caso mais nítido é o direito de votar, pois é por meio das informações adquiridas pela mídia que o eleitor conhece, por exemplo, os candidatos, bem como suas propostas, seus perfis e opiniões. Da mesma forma, as informações contribuem em grande escala para a transparência do serviço público e do governo.

Como direito-meio na efetivação dos direitos políticos, o direito à informação é um propulsor do exercício da cidadania, é “combustível para o aprofundamento democrático” (GENTILI, 2005, p. 146), pois é através dos mecanismos dele decorrentes que o cidadão passa a conhecer, saber e utilizar as informações úteis ao fortalecimento da vida em sociedade, o que lhe dará sustentação para delinear sua opinião crítica e assim, como indivíduo ativo, contribuir no exercício democrático da cidadania, porque esta “[...] não pode ser exercida na ausência do direito à informação” (RADDATZ, 2012, p. 302).

O direito à informação também se revela como um meio fundamental para os atuais direitos de solidariedade internacional, como o direito ao desenvolvimento, ao meio ambiente sadio, à paz e à autodeterminação dos povos, haja vista que foram ultrapassados os limites de fronteira entre

os países através da comunicação mundial tão presente na sociedade pós-moderna.

Atualmente, todos os projetos elaborados por uma nação, querendo ou não, terão influência internacional. Eis o porquê de “o direito à informação nesse modelo de sociedade é requisito para compreender não só um momento histórico, mas uma nova cultura, em que os indivíduos são cidadãos do mundo” (RADDATZ, 2012, p. 297).

Assim, foi possível perceber que a luta pela afirmação dos direitos humanos é contínua, sendo que a cada momento novos direitos humanos podem ser consolidados de acordo com as transformações vividas na sociedade. Além disso, observou-se que todas as dimensões de direitos humanos possuem um ponto em comum: dependem do amplo acesso à informação para sua efetivação. Ademais, após o fenômeno da globalização que intensificou o uso da internet, o direito de acesso à informação também passou por mudanças significativas, as quais serão abordadas na sequência.

2. A (R)EVOLUÇÃO TECNOLÓGICA

Antigamente facilitadas pelo jornal, rádio e televisão, a informação hoje conta com mais um meio de distribuição, a internet.

Com o advento da era digital, o mundo sofreu transformações em suas mais diversas áreas, possibilitando ao indivíduo encontrar todas as informações necessárias ao toque de uma tela. E, reconhecendo essa mudança conjuntural, a ONU afirmou o acesso à internet como um direito humano:

Em 2011, a Organização das Nações Unidas (ONU), reconhecendo a importância do fluxo de informação e comunicação gerado pela internet, relatório que analisa as tendências e desafios através da internet decretou “ser direito de todos os indivíduos procurar, receber e transmitir informações e ideias de todos os tipos através da Internet. A ONU destaca ainda a natureza única e transformadora da Internet não só para permitir aos cidadãos exercer o seu direito à liberdade de opinião e expressão, mas também uma gama de outros direitos humanos, além de promover o progresso da sociedade como um todo. (CONCEIÇÃO, 2012, p. 5).

No Brasil, esse direito foi consagrado no ordenamento jurídico interno em 2014, pelo Marco Civil da Internet, Lei nº 12.965. A referida legislação garantiu os direitos humanos como fundamento do uso da internet, bem como certificou o acesso à internet como instrumento essencial para o exercício da cidadania, a qual passou a ter uma nova dimensão em razão do contato das novas tecnologias com novos conhecimentos e culturas heterogêneas.

Dessa feita, em havendo liberdade de expressão, política, cultural, econômica e social, e se essas liberdades são para as pessoas que vivem em sociedade, é natural que o exercício desses direitos seja, também, exercido no mundo virtual, enquanto este se apresenta como um reflexo da sociedade pós-moderna.

El número de personas que se incorporan a la sociedad mundial de la información no deja de aumentar y las redes de comunicaciones de alta velocidad se están convirtiendo en una infraestructura in-

dispensable (UNIÓN INTERNACIONAL DE TELECOMUNICACIONES, 2013).

A celeridade para se transferir informações pela internet são inegáveis, eis que as tecnologias oferecidas pelo mundo digital são importantes ferramentas, principalmente, para fomentar a democracia participativa que se apresenta como fator essencial para a defesa da dignidade humana e o exercício da cidadania, além de garantir a efetivação de direitos civis, econômicos e sociais e de solidariedade vistos anteriormente, bem como o “desenvolvimento e o crescimento econômico, a equidade social, o intercâmbio cultural, a pesquisa e a melhoria educacional da população” (HELOU et al., 2011, p. 2).

Todo esse conjunto de transformações deu origem a um novo período, que Manuel Castells (1999) prefere chamar de “revolução tecnológica”. Além deste termo, convém ressaltar que muitos autores também usam o termo “sociedade da informação” para caracterizar o atual momento.

Embora essas transformações tenham se iniciado na segunda metade do século XX, é principalmente no centenário atual que elas estão sendo sentidas incisivamente. O século XXI tem se apresentado claramente “Era Digital”, quando, segundo Javier Bustamante (2010, p. 13), “o fenômeno humano não pode ser entendido fora de seu diálogo com a tecnologia. Nada está transformando tanto a realidade humana como a tecnologia em todas as suas facetas”.

São mudanças globais – em toda a conjuntura social, cultural, política e econômica – que desencadearam um novo paradigma, no qual a informação ganha o papel de destaque. Castells (1999, p. 68)

explica que a tecnologia da informação é para esta revolução tecnológica o que as novas fontes de energia foram para as revoluções industriais anteriores, do motor a vapor (alimentado por combustíveis fósseis), passando-se pela eletricidade, chegando-se à energia nuclear. Para o autor, a geração e a distribuição de energia foi o componente basilar dos pilares da sociedade industrial.

Na mesma linha de raciocínio, Isa Maria Freire (2006, p. 228) apresenta suas contribuições sobre a veiculação de informações pela internet:

[...] a informação sempre foi importante no desenvolvimento sociocultural da humanidade, mas ganha nova relevância na sociedade contemporânea, traduzindo-se em números expressivos de produtos e serviços ligados à sua produção e difusão. Mas não se pode negar que o fenômeno da informação foi se tornando mais presente em nossas vidas, e sua área de ação e atuação foi crescendo cada vez mais, até sua identificação com a sociedade contemporânea, qualificada como “sociedade da informação”.

Pierre Lévy (1999, p. 102) refere que na sociedade da informação os saberes se encontram sistematizados em bases de dados acessíveis on-line, em mapas incrementados em tempo real pelos fenômenos do mundo e em plataformas interativas. Ou seja, as tecnologias digitais ensejaram o desenvolvimento de um sistema no qual “a cada minuto que passa, novas pessoas passam a acessar a Internet, novos computadores são interconectados, novas informações são injetadas na rede”, impulsionando para que, assim, seja criada uma nova concepção de tempo, espaço e cidadania.

Diante desse cenário de mudanças tecnológicas vertiginosas, Rubens da Silva Ferreira (2003, p. 40) explica que o direito de acesso à informação se torna fundamental principalmente para o exercício da cidadania, a qual seria uma condição essencial para a conquista de novos direitos políticos, civis e sociais, haja vista que a sociedade líquida exige grande capacidade adaptativa das instituições e grupos sociais que a constituem. Essa necessidade porque o computador tende a aumentar

em muito as nossas capacidades cognitivas, ou seja, nossas capacidades para aquisição de conhecimento. A memória, o raciocínio e a capacidade de representação mental podem ser aumentados e melhorados com o uso da tecnologia da informação (ALMEIDA; PAULA, 2005, p. 62).

Nesse cenário, o acesso à internet é elemento essencial para a construção e a circulação de informações que possam ser armazenadas e distribuídas entre as pessoas para a formação do ciberespaço, o qual garante a comunicação – de acordo com Lévy (1999, p. 104) – através do correio eletrônico, conferências eletrônicas, hiperdocumento compartilhado, sistemas avançados de aprendizagem ou de trabalho cooperativo, entre uma grande variedade de mundos virtuais multiusuários.

No que tange ao desenvolvimento da cultura, é imprescindível reconhecer a importância que a internet possui. Por meio das bibliotecas virtuais, um alto índice de pessoas consegue ter acesso às leituras de múltiplas áreas do conhecimento. Principalmente nos locais mais pobres, onde não há recursos para bibliotecas físicas. Como Sorj (2003, p. 70) “[...] as bibliotecas virtuais

permitem aos estudantes das escolas e universidades dos países em desenvolvimento o contato com uma bibliografia a qual não teriam outra forma de acesso”. Raddatz (2012, p. 298) complementa:

Os meios de comunicação e, especialmente, a Internet, são as formas mais importantes de acesso à informação, pela rapidez com que hoje fazem circular os conteúdos multimídia, elaborados com linguagens textuais, imagéticas e sonoras no mesmo suporte.

Feitas essas observações, torna-se claro que o acesso à internet é um direito importante para se alcançar outros direitos humanos e, assim, aprofundar o exercício da cidadania. Portanto, é preciso que todas as pessoas tenham garantido esse direito. Ocorre que grande parte da população brasileira vive em situação de exclusão digital, principalmente no campo. Portanto, na sequência será abordado o problema da falta de acesso à internet na zona rural e diante disso, a necessidade de promover políticas públicas de inclusão digital.

3. A EXCLUSÃO DIGITAL NO CAMPO E POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO

Indubitavelmente, os meios digitais se constituem num “[...] ambiente multicultural, e esse aspecto representa toda uma riqueza de possibilidades para troca de informação e conhecimento” (FREIRE, 2006, p. 230). No entanto, percebe-se que a maior parte das

pessoas que reside no campo está diante de uma situação de exclusão digital² em relação aos grandes centros urbanos. De acordo com a última pesquisa publicada pelo Comitê Gestor de Internet em 2014, referente ao uso das TICs em 2013 (PESQUISA SOBRE O USO DAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NO BRASIL, 2014), foi constatado que, enquanto na zona urbana quase metade de sua população possui computador conectado na rede (48%), na zona rural esse índice cai para apenas 15%. E, como afirma Silveira (2010, p. 15), não é possível pensar em acesso pleno à informação se não existirem condições de acesso às redes.

Percebe-se que as cidades estão tendo rápidos avanços tecnológicos, enquanto que, preocupantemente, o campo está distante desse processo. Segundo o Comitê Gestor de Internet no Brasil (2014), no ano de 2008 havia uma diferença de 16 pontos percentuais na proporção de domicílios com acesso à internet nas áreas urbanas e rurais; sendo que em 2013 essa situação de desigualdade referida alcançou 33 pontos percentuais de diferença. Essa publicação permite observar que o número de pessoas que nunca utilizou um computador na área rural (65%) é maior que a média nacional das regiões Norte e Nordeste (45%).

Inclusive, além desses dados alarmantes que constituem um cenário grave,

a velocidade da internet na zona rural é outro ponto sério. “Enquanto que na área urbana 22% dos domicílios apresentam velocidades de conexão acima de 8 Mbps, na rural esse mesmo tipo de velocidade atinge apenas 2%” (COMITÊ GESTOR DE INTERNET, 2014, p. 173). Ademais, o mesmo Comitê informa que a maior parte dos domicílios no campo apresentam uma conexão com velocidade de até 1 Mbps.

Atualmente, saber manejar os mecanismos tecnológicos é um fator crucial para o desenvolvimento da sociedade da informação, onde muito se preza pela celeridade e inovação. Ou seja, a possibilidade de acesso à internet é um diferencial na vida cotidiana do ser humano. Como bem expõe Winck (2012, p. 13) “possuir informação permite vantagens no mundo globalizado”. Por isso, as pessoas que ficarem às margens dessa evolução do ciberespaço estão propensas à exclusão digital.

E, nesse sentido, “[...] se verifica que parte majoritária da área rural continua desconectada das novas tecnologias e precisa ser atendida por políticas dirigidas” (COMITÊ GESTOR DE INTERNET, 2014, p. 191) para que se diminuam as desigualdades já criadas nesse abismo entre as cidades e o campo. Assim sendo, é importante discutir formas de inclusão digital a fim de que esses direitos sejam efetivados na prática.

Norberto Bobbio (1992, p. 63) ensina “[...] uma coisa é falar dos direitos do homem, direitos sempre novos e cada vez mais extensos, e justificá-los com argumentos convincentes; outra coisa é garantir-lhes uma proteção efetiva”. É exatamente nessa perspectiva que o texto propõe a discussão do direito de acesso à internet.

[2] Importante ressaltar que a exclusão digital pode ser vista sob um ângulo duplo, apresentando-se como o ser humano que não possui acesso ao computador ou similar conectado na rede ou o ser humano que possui o computador ou similar conectado na rede, mas não sabe manuseá-lo. Lembrando que, o ser humano que possui o computador conectado na rede, porém não quer se adaptar às novas tecnologias é apenas integrante da exclusão social.

Embora a baixa escolaridade, baixa renda, limitações físicas e etárias sejam fatores que dificultam o acesso à internet, a zona rural é prejudicada ainda por barreiras geográficas. Esses fatos demandam ações pontuais de inclusão digital nas áreas mais atingidas pela exclusão. E, para isso, conforme ensina Wolkmer (2004, p. 193), concordando com a posição de Bobbio, a positivação dos direitos humanos (neste caso o acesso à internet) não é suficiente, faz-se necessária a sua efetivação – sendo que, para tanto, é imprescindível trabalhar com a interpretação dos dispositivos de acordo com a realidade que está atingida pela questão.

Nessa senda, a zona rural se revela como a área com os maiores índices de exclusão digital (85%). Portanto, diante de tamanha importância adquirida no uso da internet para o acesso às informações essenciais para a vida humana, políticas públicas são imprescindíveis para a inclusão:

Uma política pública de inclusão social só pode ser entendida a partir de uma análise do processo cumulativo de exclusão que se agrava com o desenvolvimento das novas tecnologias de informação e comunicação. Em primeiro lugar, porque aumenta a exclusão no campo dos direitos básicos, o da informação. A compreensão de que o processo de inclusão digital faz parte de uma construção da cidadania nos coloca no campo do direito à informação, ao conhecimento e à comunicação. O acesso à informação é um direito fundamental de qualquer sociedade democrática baseada no pluralismo, na tolerância, na justiça e no respeito mútuo. Sem informação não temos conhecimento dos nossos direitos e não temos como assegurá-los. Ao falarmos de inclu-

são digital estamos nos referindo a uma nova cultura de direito, não apenas o direito genérico à internet, mas ao acesso à informação enquanto um bem público. (SILVEIRA, 2010, p. 187).

Na mesma perspectiva, Lília Bilati de Almeida e Luiza Gonçalves de Paula (2005, p. 61) declaram que, sem dúvidas, as medidas de inclusão digital trazem variados benefícios, entre eles a possibilidade de os cidadãos agregarem cada vez mais conhecimento e desenvolverem o capital intelectual. Benefícios esses que, na visão das autoras, estão aptos para contribuir na evolução social, cultural e econômica do país, bem como para a extinção da divisão entre ricos e pobres de informação.

Ademais, embora já tenham sido identificados variados benefícios, é pertinente apresentar um exemplo prático de como o direito de acesso à internet para a busca de informações pode ser ainda mais favorável para as pessoas que residem no campo (e indiretamente para a sociedade como um todo, por óbvio):

Pesquisas sobre o aumento da fertilidade dos solos, melhores técnicas para o pescado, combate às pragas nas plantações, muitas vezes ficam longe das pessoas que realmente necessitariam deste conhecimento pelo fato da distância entre onde vivem e as universidades. O papel da tecnologia da informação, então, seria o de aproximar problemas de suas possíveis soluções, soluções estas que podem estar em qualquer lugar do Brasil ou do mundo. Se imaginarmos o custo que tem o deslocamento das pessoas que vivem nos campos para os centros urbanos, muitos não poderiam nunca ter acesso a determinado conhecimento. A melhoria não

seria então apenas na qualidade de vida, mas seria na economia em geral. Quantos quilos de soja, trigo e algodão não seriam produzidos se o resultado de algumas pesquisas chegasse de forma mais rápida ao campo? Quantos ecossistemas não seriam preservados se novos meios de produção fossem descobertos que não agredissem o meio ambiente? (ALMEIDA; PAULA, 2005, p. 63).

Igualmente, é importante frisar que não basta disponibilizar o computador conectado na rede para as pessoas utilizarem. Com a finalidade de incluí-las na sociedade da informação, é de extrema necessidade que passem por processos de educação digital, partindo da premissa de que o ponto de partida deve ser o acesso à máquina conectada à internet, e o ponto de chegada, a assimilação dos benefícios oriundos da ferramenta cibernética. Entre esses dois pontos deve-se considerar uma instância de aprendizagem – do conhecer a informação, sua finalidade e, assim, de como utilizá-la enquanto cidadão do mundo. Portanto, o referido direito é um poderoso instrumento que o sujeito pode usar como propulsor da evolução social, cultural e econômica do país (RADDATZ, 2014, p. 108-116).

Quanto ao campo, há uma série de diferenças entre as tecnologias ocupadas nos centros urbanos; todavia, elas “não devem ser concebidas como um defeito, cujo remédio é tornar o outro igual a nós, mas sim como uma forma de completar e enriquecer uma sociedade fraterna, onde todos são igualmente seres humanos” (COLPANI, 2004, p. 180). Então, a necessidade de investimentos em políticas públicas deriva do novo paradigma emergente, onde o Estado ocupa um papel de grande importância. Ferreira explica (2003, p. 37):

Antes de qualquer coisa, o Estado precisa encarar a informação como um recurso de gestão e desenvolvimento para o país. Nessa ótica, assim como se concebem políticas direcionadas para os setores de habitação, saúde, educação, segurança pública e geração de emprego e renda, cabe aos governos, em sua escala federal, estadual e municipal, desenvolver políticas de informação. Tais políticas, de natureza particular, referem-se as diretrizes e áreas estratégicas capazes de orientar o uso eficaz desse recurso no campo da cultura, da política e da economia brasileira na sociedade da informação de acordo com os novos paradigmas, tais como a descentralização de processos, otimização de custos, participação social direta nas decisões políticas e gestão dos serviços públicos, bem como o livre acesso do cidadão à informação pública.

Embora as TICs tenham se expandido pelo país em meados da década de 1980, foi somente alguns anos depois que o Estado se engajou em ações prioritárias nessa área. Isso porque se constatou que possibilitar o acesso ao computador não era uma prática suficiente, visto que as pessoas necessitavam de uma educação digital neste sentido, afinal de contas se tratava do princípio de um novo modelo de sociedade fundamentado pela rápida transição de informações. Então, é em meados do ano 2000 que a inclusão digital – considerada como um meio necessário para fomentar o exercício da cidadania – ganha espaço na pauta governamental. (ESTEVAO et al., 2010).

Nessa perspectiva, entre as principais políticas públicas desenvolvidas se destacam os telecentros, os quais se resumem em salas ou cabines com computadores

conectados na rede de uso gratuito. Existem diversos tipos de telecentros, e grande parte deles, além de oferecer o acesso à internet grátis, disponibiliza cursos básicos de informática e se apresenta como espaço para o desenvolvimento de pequenas empresas familiares ou, inclusive, como meio articulador em empregos próprios. Esses projetos ensejam “interação e de diálogo entre os distintos interlocutores econômicos e sociais por meio das novas tecnologias de informação e comunicação”, e “passaram a se constituir em verdadeiras agências de desenvolvimento comunitário ou centros de desenvolvimento de economia solidária prestando serviços à comunidade, apoiando projetos já existentes ou os desenvolvendo” (SILVEIRA, 2010, p. 189).

Os telecentros surgiram com o intuito de erradicar a exclusão digital entre as pessoas que ainda não tinham contato com computadores ou similares. Ocorre que, esta prática se desenvolveu nos centros urbanos e a zona rural continuou em nível de desigualdade no que tange ao acesso às novas tecnologias. Infelizmente “as áreas rurais e marginalizadas sempre ficam sem os melhores professores, assistentes de saúde, empreendedores locais e assim por diante” (COMITÊ GESTOR DE INTERNET NO BRASIL, 2013, p. 85).

Em outubro de 2009, percebendo a irreversibilidade do avanço da era digital, o Governo Federal, por meio do Ministério das Comunicações, criou o Programa Nacional de Apoio à Inclusão Digital nas Comunidades – Telecentros.BR, cujo objetivo é disponibilizar computador e internet para as comunidades localizadas na zona rural, através de espaços denominados Casas Digitais.

Tal Programa está amparado no Decreto 6.991 de 27 de outubro de 2009, o qual foi regulamentado pela Portaria Interministerial MP/MCT/MC no 535 de 31 de dezembro de 2009. Conforme o Portal da Cidadania do Governo Popular, esta ação visa contribuir para o desenvolvimento rural sustentável, o fortalecimento da agricultura familiar e o reconhecimento de acesso legítimo a terra por comunidades tradicionais. Além disso, o mesmo Portal informa que o Ministério do Desenvolvimento Agrário entende que prover cidadania para o meio rural requer, incondicionalmente, a integração das tecnologias de informação e comunicação disponíveis a todos.

Além disso, as Casas Digitais estão estruturadas para o “aprimoramento dos processos de gestão da produção, controle social das políticas públicas, acesso à informação e formação de rede de troca de experiências” (ESTEVAO et al., 2010, p. 2), bem como

Incentivar a autogestão dos membros da comunidade em que está inserido que, por sua vez, aprenderão a gerir e manter sozinhos as Casas, replicando seu aprendizado à comunidade. O mais importante é que a concepção do projeto Casa Digital considera, em seu desenho, a identidade cultural dos agricultores, uma vez que se adequa às suas necessidades e à realidade de sua comunidade. Além disso, sobressai a formação de todos os membros da comunidade em que é dada de acordo com a especificidade local. (ESTEVAO et al., 2010, p. 10).

Os ditos telecentros estão instalados em 20 estados brasileiros e no Distrito Federal, sendo que de acordo com os dados

colhidos em janeiro deste ano, existem atualmente 105 casas digitais com tráfego, distribuídas da seguinte maneira: 38 no Ceará, 1 no Distrito Federal, 1 no Espírito Santo, 3 em Goiás, 6 no Maranhão, 4 em Minas Gerais, 1 no Mato Grosso do Sul, 2 no Mato Grosso, 13 no Pará, 2 na Paraíba, 4 no Piauí, 1 no Rio de Janeiro, 2 no Rio Grande do Norte, 1 em Roraima, 1 no Rio Grande do Sul e 1 em Santa Catarina.

Convém dizer novamente sobre a importância de prestar atendimento direto para estas pessoas que estão aprendendo a manusear as novas tecnologias, pois além de todo o conhecimento agregado por elas é tão benéfico para a vida do cidadão quanto para a vida em sociedade. É mais uma forma para contribuir na emancipação social do indivíduo, principalmente no campo educacional, onde a internet acentua as possibilidades de muitas pessoas darem continuidade a vida escolar por meio das faculdades e dos cursos técnicos e de capacitação de ensino a distância. Da mesma forma no setor cultural, informacional, de lazer e assim sucessivamente.

Ter contato e realmente compreender as vantagens propiciadas pelo acesso à internet é parte fundamental do processo de emancipação do homem, e para isso,

[...] é necessário atender as suas demandas, tanto no que se refere ao acesso de sites de interesse quanto de serviços agregados, tendo como prioridade a melhoria da educação na comunidade em que estão inseridos. Principalmente, parece ser fundamental conferir possibilidade de apropriação local das TICs como ferramentas que auxiliem as mudanças necessárias aos processos de desenvolvimento local. A tecnologia de informação há de

ser relacionada ao letramento, à mobilização organizativa dos agricultores e ao exercício dos direitos de cidadania. Caso contrário, sob enfoque da questão da ampliação do mero acesso, o risco é transformar o potencial de inclusão social em panacéia, afinal, a tecnologia perde sentido quando não é apropriada à cultura local e às demandas que se expressam por seu intermédio. (ESTEVAO et al., 2010, p. 11).

Ou seja, “[...] Não basta mostrar às pessoas as tecnologias, é necessário fazê-las entender de que forma as mesmas podem contribuir para a execução de tarefas, atividades e incrementarem o capital intelectual.” (ALMEIDA; PAULA, 2005, p. 60). Tamanha necessidade se justifica pelo fato de que o excluído digital tende a engrossar ainda mais as fileiras da exclusão social e econômica que afeta o país. É o que se despreende da seguinte afirmação

[...] a internet desempenha um papel crucial criando novas fontes de conhecimento, visto que disponibiliza o acesso a um enorme volume de informações. Leitores, ouvintes e telespectadores são apenas receptores de informação e o fluxo dela é unidirecional. Já os usuários da Internet são participantes em potencial, que podem interagir de variadas maneiras com o processo, ou seja, o fluxo de informações passa a ser bidirecional. Se a Internet fica limitada a poucos privilegiados, ela tende a aprofundar ainda mais as diferenças sociais. (ALMEIDA; PAULA, 2005, p. 60).

Ainda que os telecentros/casas digitais sejam um bom método inclusivo, é imprescindível frisar que seja permitido “[...] a todos um acesso aberto e gratuito a midiatecas, a centros de orientação, de documentação

e de autoformação, a pontos de entrada no ciberespaço, sem negligenciar a indispensável *mediação humana* do acesso ao conhecimento” (LÉVY, 1999, p. 159). Portanto, esses espaços devem contar com profissionais capacitados para a orientação dos frequentadores, agora na condição de internautas, desde o primeiro acesso à internet até o momento em que sejam capazes de assimilarem sozinhos a funcionalidade da web, e encontrem nela ferramentas disponíveis para seu cotidiano, tanto na vida pessoal quanto na vida laborativa.

Considerando que “a igualdade não é uma dádiva, mas é construída pela ação dos homens, na comunidade política” (AMES, 2012, p. 83), se compreende a importância das políticas públicas na sociedade que detém tantas diferenças. Nessa perspectiva, é interessante apresentar um exemplo de disponibilização de internet no Canadá, o qual escolheu as escolas públicas como pontos principais das redes de fibra “[...] porque garantir acesso à internet em banda larga é um passo fundamental para a melhoria da qualidade do ensino das escolas” (SILVEIRA, 2010, p. 195). Num caminho dual, ao mesmo tempo em que garante o acesso à internet nas escolas, também propicia o fortalecimento de processos de emancipação dos seres humanos por meio das novas tecnologias indispensáveis na sociedade da informação.

Desse modo, foi possível verificar que grande parte da população que reside no campo não possui acesso à internet. Esse é um fator que impossibilita o amplo acesso à informação e, por isso prejudica o exercício da cidadania. Portanto, é preciso pesquisar políticas públicas que promovam o acesso à internet nas áreas mais isoladas. Nesse sentido, sugere-se que o programa Casas Digitais seja ampliado na zona rural. E que,

a partir do exemplo canadense, o programa seja reformulado, levando a instalação dos telecentros para dentro das escolas do campo. Com essa ação, torna-se possível reduzir os índices de exclusão digital ao mesmo tempo em que se contribui para o fortalecimento das escolas públicas que trabalham com a inclusão digital das crianças na sociedade da informação.

CONCLUSÃO

A (r)evolução tecnológica é irreversível. O desenvolvimento – econômico, social, cultural – e a nova dimensão de cidadania fazem parte de uma realidade inegável. Nesse sentido, o direito à informação através da internet ocupa, indubitavelmente, papel fundamental na sociedade, pois se constitui num direito intermediário para a efetivação de outros direitos humanos.

Logo, deve ser garantido a todas as pessoas. Ocorre que, na prática, esta situação não se consolida. Verifica-se um grande déficit na efetivação desse direito na zona rural, onde mais de quatro quintos da população que reside no campo não possui computador conectado à internet.

Então, observada a grande importância do paradigma emergente, é de extrema relevância fomentar políticas públicas de inclusão digital no campo. Como já abordado, o Programa Nacional de Apoio à Inclusão Digital nas Comunidades – Telecentros.BR surge justamente para preencher esta lacuna de excluídos digitais na zona rural. Todavia, o mesmo se mostra ainda com pouco alcance.

São 105 Casas Digitais ativas. Um número significativo, mas que pode avançar muito. Pois, as benesses oriundas desse tipo de política pública são certas e essenciais para a efetivação dos direitos humanos. Assim sendo, sugere-se a ampliação desse programa, a partir do estabelecimento de novos telecentros dentro de escolas públicas.

Tal sugestão é uma via de mão dupla. Ao reduzir os investimentos de infraestrutura, aproveitando o prédio da escola, é possível estabelecer horários para trabalhos de inclusão digital dos moradores do campo, e

nos turnos inversos aproveitar os aparatos tecnológicos com os alunos para fortalecer a educação básica de ensino.

Garantir o acesso à internet para procurar, receber e transmitir informações é uma das bases essenciais para o exercício democrático da cidadania e para a organização da sociedade que vive a (r)evolução tecnológica. Portanto, incluir o campo no sistema digital, além de todos os motivos e benefícios expostos pelo texto, é buscar a igualdade do ser humano. ■

[MATEUS DE OLIVEIRA FORNASIER]

Doutor em Direito (UNISINOS). Professor do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu (Mestrado) em Direito.
Email: mateus.fornasier@unijui.edu.br

[DANIELLI REGINA SCARANTTI]

Mestre em Direito pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUI).
Email: danielli.scarantti@gmail.com

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Lília Bilati de; PAULA, Luiza Gonçalves de. O retrato da exclusão digital na sociedade brasileira. **Revista de Gestão da Tecnologia e Sistemas de Informação**, v. 2, n. 1, 2005, p. 55-67.

AMES, Maria Alice Canzi. Conexões entre justiça restaurativa e educação em direitos humanos In BEDIN, Gilmar Antônio. **Cidadania, direitos humanos e equidade**. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 2012.

ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

BEDIN, Gilmar Antônio. **Os direitos do homem e o neoliberalismo**. 2. ed. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 1998.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BUSTAMANTE, Javier. Poder comunicativo, ecossistemas digitais e cidadania digital In SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. **Cidadania e redes digitais**. Disponível em: <<http://www.cgi.br/media/docs/publicacoes/1/livro-cidadania-e-redes-digitais.pdf>>. Acesso em 12 abr. 2016.

CASTELLS, Manuel. **Sociedade em rede**. 8. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

COLPANI, Clóvis Lopes. Teologia da libertação e teoria dos direitos humanos In WOLKMER, Antonio Carlos. **Direitos humanos e filosofia jurídica na América Latina**. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2004.

CONCEIÇÃO, Ariane Fernandes da. **Inclusão ou exclusão social?** A utilização do computador e da internet no Brasil. Disponível em: <http://www2.ufpel.edu.br/ifisp/ppgs/eics/old/dvd/documentos/gts_lleics/gt17/gt17%20a.f.pdf>. Acesso em 28 mar. 2015.

CORRÊA, Darcísio. **A construção da cidadania**. 3. ed. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 2002.

_____. **Estado, cidadania e espaço público**: as contradições da trajetória humana. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 2010.

ESTEVAO, Pricila; SOUSA, Diego Neves de; DIAS, Marcelo Miná; LEITE, Carlos Antonio Moreira. **Inclusão digital e políticas públicas no meio rural**: um estudo sobre os territórios digitais. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/15/1205.pdf>>. Acesso em 12 abr. 2016.

FERREIRA, Rubens da Silva. A sociedade da informação no Brasil: um ensaio sobre os desafios do Estado. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 32, n. 1, p. 36-41, jan./abr. 2003.

FLORES, Joaquín Herrera. **Teoria crítica dos direitos humanos**: os direitos humanos como produtos culturais. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2009.

FREIRE, Isa Maria. Janelas da cultura local: abrindo oportunidades para inclusão digital de comunidades. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 35, n. 3, p. 227-235, set./dez. 2006.

GENTILLI, Victor. **Democracia de massas**: jornalismo e cidadania. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.

HELOU, Angela Regina Heinzen Amin et al. Políticas públicas de inclusão digital. **RENOTE – Revista Novas Tecnologias na Educação**, v. 9 n. 1, jul./2011. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/renote/article/view/21920/12720>>. Acesso em 14 maio 2015.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. 1. ed. São Paulo: Editora 34, 1999.

MILL, John Stuart. **Sobre a liberdade**. Petrópolis: Vozes, 1991.

PESQUISA SOBRE O USO DAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NO BRASIL [livro eletrônico]: **TIC Domicílios e Empresas 2012**. Coord. exec. e ed. Alexandre F. Barbosa; trad. DB Comunicação. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2013. Disponível em: <<http://www.cgi.br/media/docs/publicacoes/2/tic-domicilios-e-empresas-2012.pdf>>. Acesso em 12 abr. 2016.

_____. **TIC domicílios e empresas 2013**. Disponível em: <<http://www.cetic.br/publicacao/educacao-e-tecnologias-no-brasil/>>. Acesso em 12 abr. 2016.

RADDATZ, Vera Lúcia Spacil. **Direito à informação para o exercício da cidadania**. **Revista Científica Direitos Culturais – RDC**, v. 9, n. 19, p. 108-117, set./dez. 2014.

_____. **Direito à informação um requisito para a cidadania na sociedade contemporânea**. In: BEDIN, Gilmar Antonio. **Cidadania, direitos humanos e equidade**. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 2012.

SARAIVA, Editora; CURIA, Luiz Roberto; CÉSPEDES, Livia; NICOLETTI, Juliana. **Legislação de direito internacional**. 6. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2013.

SARLET, Ingo Wolfgang. **A Eficácia dos Direitos Fundamentais**. 8. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. **Cidadania e redes digitais**. Disponível em: <<http://www.cgi.br/media/docs/publicacoes/1/livro-cidadania-e-redes-digitais.pdf>>. Acesso em 25 abr. 2015.

SPENGLER, Fabiana Marion; BEDIN, Gilmar Antonio; LUCAS, Douglas Cesar. **Direitos humanos, identidade e mediação**. Disponível em: <<http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/>>

xmlui/bitstream/handle/123456789/1618/Direitos-Humanos-Identidade-e-Mediaco.pdf?sequence=1>. Acesso em 12 abr. 2016.

SORJ, Bernardo. **Brasil@povo.com: A luta contra a desigualdade na sociedade da informação**. Rio de Janeiro : Jorge Zahar ED. ; Brasília, DF: Unesco, 2003.

TRINDADE, Antonio Augusto Cançado. O legado da Declaração Universal e o Futuro da Proteção Internacional dos Direitos Humanos In AMARAL JUNIOR, Alberto do; PERRONE-MOISÉS, Cláudia. **O cinquentenário da Declaração universal dos direitos do homem**. São Paulo, SP, Brasil: Edusp: FAPESP, 1999, p. 13-51.

UNIÓN INTERNACIONAL DE TELECOMUNICACIONES. **Medición de la sociedade de la información**:Resúmen Ejecutivo. [S.l], 2013.Disponível em: <http://www.antel.com.uy/wps/wcm/connect/81efd5804162548999f499620306cc2c/MIS2013-exec-sum_S.pdf?MOD=AJPERES>. Acesso em 12 abr. 2016.

WINCK, Fernando Pritsch. Redes sociais na sociedade da informação: a solidariedade na atuação dos movimentos sociais no ciberespaço In ADOLFO, Luiz Gonzaga Silva. **Direitos Fundamentais na Sociedade da Informação**. Florianópolis: GEDAI, 2012.

WOLKMER, Antonio Carlos. **Direitos humanos e filosofia jurídica na América Latina**. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2004.